

Ações Afirmativas nos PPGs: reservar não basta

Jornal da Universidade / 30 de março de 2023 / Artigo



Artigo | Integrantes da Comissão de Apoio e Acompanhamento de Ações Afirmativas do PPG Letras destacam mudanças necessárias para a permanência dos cotistas na Universidade e defendem que a inclusão seja um trabalho coletivo

*Por Cleci Regina Bevilacqua, Thiago Martins Rodrigues, Denise Regina de Sales, Elen Karla Sousa da Silva

*Foto: Flávio Dutra/JU – “Este solo é ruim para certos tipos de Flores”, 204 x 600cm, parte do políptico sobre tela de Pamela Zorn que fez parte da exposição Presença Negra na MARGS, no Museu de Artes do Rio Grande do Sul, no primeiro semestre de 2022

Em agosto de 2020, um grupo de discentes do Instituto de Letras da UFRGS — graduandos e pós-graduandos — convidou professores e técnicos a discutir uma política de Ações Afirmativas (AAs) para o Programa de Pós-graduação (PPGLET). Começava ali o movimento que culminou, em 2021, na implementação dos primeiros editais com reserva de vagas.

A força imediata que impulsionou a iniciativa resultou da indignação dos discentes com a revogação da [normativa do MEC n.º 13, de 11 de maio de 2016](#), referente à indução de AAs na pós-graduação. A organização e a persistência dos alunos levaram à instauração de uma comissão, responsável pela elaboração de uma proposta e de um documento orientador para implementar e acompanhar as AAs no PPGLET. Construído coletivamente, esse documento foi levado à apreciação de uma comissão designada pelo PPG e, após ajustes, submetido à votação em 28 de junho de 2021.

Neste ano de 2023, quando finalmente o Conselho Universitário aprovou a [resolução](#) do programa de AAs para a pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu* para toda a Universidade, é importante uma reflexão sobre o que foi feito até agora e quais são as perspectivas para ampliação e consolidação desse processo. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é relatar brevemente a experiência das AAs no PPGLET e refletir sobre os obstáculos, internos e externos, que, por enquanto, nos impedem de ter um programa realmente inclusivo e antirracista.

No IL, a resolução aprovada previu a reserva de 30% das vagas de mestrado e doutorado para pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, surdas, travestis e transexuais. Ela definiu também a criação de uma Comissão de Apoio e Acompanhamento (CAA), destinada a cuidar do processo de ingresso pelas AAs, além de planejar e executar projetos e ações necessários à permanência dos cotistas. Essas duas resoluções encontram-se disponíveis no site do [PPGLET](#). Além disso, o documento aprovado prevê a destinação aos cotistas de 30% do total de bolsas de estudos.

Os primeiros editais com reserva de vagas foram publicados em 14 de setembro de 2021. No mestrado, das 125 vagas gerais, 47 estavam reservadas para sujeitos das AAs; no doutorado, das 50 gerais, havia 26 reservadas. Matricularam-se no mestrado 15 cotistas; no doutorado, 6. Neste primeiro ingresso, todos os cotistas foram contemplados com bolsas de estudos. [Esses dados constam do Relatório de AAs elaborado pela CAA](#). Já nos editais de 2022, foram aprovados 10 candidatos ao mestrado e 5 ao doutorado. Desses, matricularam-se 9 e 5, respectivamente. O número de ingressantes pelas AAs diminuiu de uma seleção para a outra. Um dos principais fatores que explica esse quadro é a conjuntura econômica, política e social do país no último período.

A garantia do ingresso é apenas a primeira etapa no longo processo de consolidação de um PPG inclusivo e antirracista. Reservar não basta. A partir desse breve histórico, destacamos que a transformação é urgente. Foi esse ímpeto que uniu aquele grupo de docentes e discentes em 2020. Por isso, avançar é essencial. À medida que os cotistas das duas primeiras turmas trilham seus caminhos nos cursos de mestrado e doutorado, identificam-se novos aspectos que devem ser observados.

Os critérios de seleção para distribuição de bolsas em um programa com reserva de vagas devem ser revistos. Muitos candidatos não têm condições de cursar o mestrado ou o doutorado sem uma bolsa de estudos. Em vista disso, é preciso que se repense esse sistema com base na análise das trajetórias de vida e do perfil socioeconômico dos pós-graduandos.

Vencer o racismo estrutural significa mexer em regras preestabelecidas, como os critérios de concessão de bolsas ou a questão dos prazos, sobretudo para quem trabalha. A academia precisa respeitar os processos de cada pessoa cotista, reconhecendo a diversidade de conhecimentos e dos modos de sua elaboração.

Com o programa de AAs para todos os PPGs, haverá a criação de uma Comissão Permanente de Heteroidentificação. Isso pode contribuir para o avanço na igualdade racial e para a garantia dos direitos da população negra. Essas comissões cumprem a função de verificar as autodeclarações étnico-raciais dos candidatos, a fim de coibir tentativas de fraudes e garantir a justa aplicação da [Lei 12.711/2012](#). Além disso, permitem guiar, avaliar e identificar a efetividade do cumprimento da política, atuando também como ferramenta de autoavaliação da própria instituição.

Os desafios ainda são numerosos e requerem um longo trabalho de redirecionamento do olhar que se tem sobre a universidade. O ano de 2023 já começa com importantes sinalizações, como o mencionado programa de AAs para a Pós-graduação na UFRGS e o [aumento do valor das bolsas de estudos pelo Governo Federal](#). Não obstante, essas decisões, para que se tornem eficientes na correção das distorções verificadas no acesso e na permanência dos sujeitos das AAs, precisam ser parte de uma efetiva cultura afirmativa nos PPGs. Isso envolve rever uma série de processos, condutas e práticas que contribuem para a exclusão. Nesse caso, trata-se de pôr em funcionamento uma estrutura que seja pautada pelo componente afirmativo dessa política, e não por uma enganosa excepcionalidade. A inclusão é a regra.

No caso do PPGLET, a CAA dedicou especial atenção, por exemplo, para viabilizar a publicação concomitante dos editais em Libras e em português. Algo que parece simples e notório não era uma prática comum antes das AAs, já que os prazos de tramitação do documento não previam o período necessário para o trabalho da equipe de Tradução e Interpretação de Língua de Sinais (TILS). Da mesma forma, a garantia da acessibilidade para as pessoas surdas em todas as atividades públicas do PPG é uma tarefa indispensável para a consolidação da inclusão. E não se trata de um dever restrito à CAA. Pensar afirmativamente é uma responsabilidade coletiva, a ser assumida por todo o corpo docente e discente, que requer uma observação crítica das estruturas excludentes que aí estão. Ainda esperamos vislumbrar esse cenário com a consolidação da política de AAs.

[Cleci Regina Bevilacqua](#) é professora titular (convidada) do departamento de Línguas Modernas e do PPG Letras da UFRGS e membro da Comissão de Apoio e Acompanhamento de Ações Afirmativas.

[Thiago Martins Rodrigues](#) é doutorando em Letras pelo PPG Letras da UFRGS e membro da Comissão de Apoio e Acompanhamento de Ações Afirmativas.

[Denise Regina de Sales](#) é professora do Instituto de Letras, pesquisadora do PPG Letras da UFRGS e membro da Comissão de Apoio e Acompanhamento de Ações Afirmativas.

[Elen Karla Sousa da Silva](#) é pesquisadora em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e membro da Comissão de Apoio e Acompanhamento de Ações Afirmativas do PPG Letras da UFRGS em 2022.

“As manifestações expressas neste veículo não representam obrigatoriamente o posicionamento da UFRGS como um todo.”

ÚLTIMAS



Carta aos leitores | 23.09.24



Paridade na consulta para a reitoria, agora adotada na UFRGS, ainda não é consenso entre as universidades federais, aponta mapeamento



Paradesporto propicia melhora na qualidade de vida e auxilia a pessoa com deficiência a projetar o futuro



Da sala de aula às ruas devastadas do Sarandi



Extensão popular para mudar a Universidade!



O futebol das gurias



Carta aos leitores | 12.09.24



Crise climática aponta necessidade de mudanças na produção e no consumo de alimentos



Gabriel Tossi e a busca por conhecimento



Estratégia para enfrentar a desinformação climática

View on Instagram

